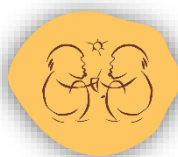
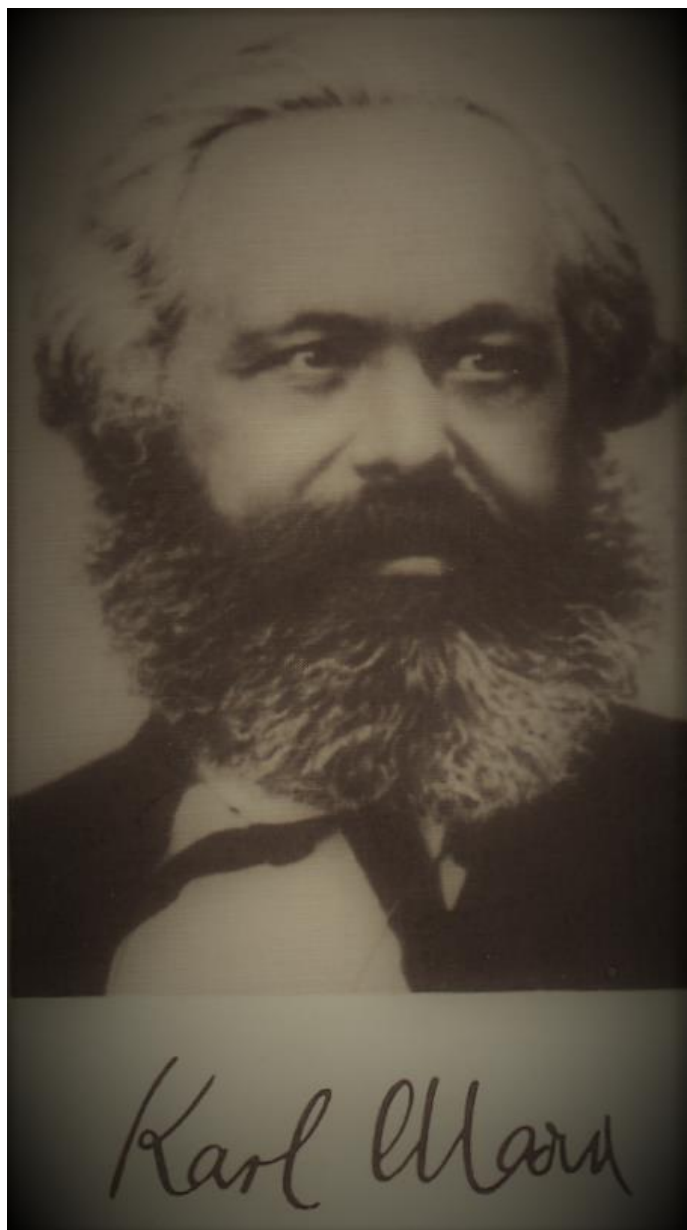




Pedro de Alcântara Figueira¹



Gilberto Luiz Alves
INSTITUTO CULTURAL

<https://icgilbertoluizalves.com.br>

¹ Doutor em História pela UNESP, campus de Assis. Professor aposentado da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar.

Quem é Marx? Marx é filho de uma época de revolução social. Nasceu três décadas após a eclosão da Revolução Francesa, em 1789, e apenas um ano após a publicação dos **Princípios de Economia Política e Tributação** de Ricardo (1996), que é de 1817. Tinha nove anos quando um líder operário inglês afirma que o capital impede a produção. A obra em que este líder operário afirma semelhante coisa é de 1827, e seu título, por sinal muito sugestivo de que a história não deixa para amanhã para fazer amadurecer suas contradições, é **Popular Political Economy**. Seu autor Thomas Hodgskin (1966).

Marx nasce numa Europa há pouco assolada pelas tropas napoleônicas encarregadas de disseminar os fundamentos burgueses de organização da sociedade. Em 1818, ano de seu nascimento, o panorama político e social, pode-se dizer, está carregado de manifestações que beiram a verdadeiras convulsões, embora os intentos revolucionários de Napoleão tenham sido em parte derrotados. Prisioneiro dos ingleses, Napoleão morre em 1821.

Parte da Europa está, então, vivendo as façanhas contraditórias do modo de produção capitalista. Uma nova humanidade estava se gestando.

A obra de Hodgskin sela, de certo modo, o fim de um momento histórico em que os antagonismos sociais, ou seja, a sociedade dividida em classes constituem os fundamentos de uma ciência, a Economia Política. Adam Smith, Quesnay, Turgot, e muitos outros, sobretudo ingleses e franceses, traçam as linhas gerais e particulares de uma nova sociedade. Com David Ricardo, podemos dizer que essa fase histórica se encerra, o que aparece no capítulo Maquinaria de sua obra. Aí, a contradição social entre as classes da sociedade burguesa se manifesta economicamente. Ricardo (1996) chega ao resultado de que o uso das máquinas, a indústria, portanto, beneficia os capitalistas e os proprietários fundiários, mas redundam em prejuízo para a classe operária. A Economia Política tem seus fundamentos contestados por Sismondi (2009), que, em sua obra, cujo título já encerra uma crítica, **Novos Princípios de Economia Política**, é de 1829.

Como nosso objetivo consiste em tentar mostrar que uma verdadeira revolução social está se realizando, neste momento, em todos os planos, não poderíamos deixar de fazer menção àqueles pensadores que foram chamados de ricardianos socialistas. São economistas que não se contentam com a apologética econômica que já começa a tomar forma nas décadas de vinte e trinta. As mazelas, digamos assim, do capitalismo não escapam a suas observações.

A efervescência que toma conta do mundo das ideias acompanha *pari passu* esse momento revolucionário. As contradições de um mundo que anuncia um regime de produção capaz de atender as necessidades de toda a humanidade, mas que acumula, de um lado, boa parte da riqueza, e, do outro, uma fantástica miséria, produto de uma monumental expropriação, não parecem se prestar à ociosidade intelectual.

Vou tentar resumir aqui uma questão que vem de longe e que até certo ponto é comum a todos os pensadores que, pelas mais variadas razões, se destacaram em sua época. Tratarei particularmente de Marx que, aqui, é o alvo principal de nossas preocupações.

Antecipando o que mais adiante tentarei explicar, polemizo com muitos adeptos de Marx, aqui não mencionados, que procuraram definir qual a teoria de que Marx havia partido como fundamento das ideias que expõe em suas obras, sobretudo n'**O Capital** (MARX, 2013).

Antes de tudo, gostaria de esclarecer que nunca foi uma preocupação de Marx definir tal coisa. No entanto, raro é que as opiniões a esse respeito não partam de semelhante preocupação, ou seja, descobrir qual a sua teoria.

Desde muito cedo, já em Engels, que, igualmente como Marx, vive essa efervescência, aparece a tendência a procurar definir o fundamento teórico do marxismo, o de Marx, evidentemente. Com Lênin esta preocupação passa, de certo modo, a ser o ponto de partida para se avaliar e julgar a justeza da concepção de Marx.

Se, para entender sua obra é necessário, antes de tudo, saber de qual teoria Marx partiu, surpreende que ele próprio não a tenha explicitado em suas apresentações n'**O Capital** (MARX, 2013), por exemplo.

Se se trata de definir pressupostos, o de Marx é que os homens produzem a si mesmos, historicamente. A declaração mais explícita de Marx a respeito da questão teórica é sua afirmação, de 1846, de que "Conhecemos uma única ciência, a ciência da história". (MARX; ENGELS, 2007, p. 86)

O materialismo, que é um dos rótulos pregados à concepção de Marx, tem sua expressão mais contundente no romano Lucrécio (1985) que, em seu **Da Natureza**, faz dos homens simples manifestações da natureza. O materialismo teve também alguma expressão no *Iluminismo*. Diderot, por exemplo, sofre de algumas tiradas de puro materialismo à la Lucrécio. No entanto, o materialismo teve sua consagração máxima com Condorcet, que, contrariamente a Marx, afirmou apenas conhecer uma ciência, a ciência da natureza. De certo modo podemos dizer que Condorcet chegou tarde à história, pois quando ele afirma tal coisa a Economia Política já tinha se definido como a ciência social por excelência. E a história do período que vai de meados do século XVIII até as duas primeiras décadas do século XIX foi escrita pela ciência histórica que é a economia clássica.

A dialética, com a qual Marx afirma ter flertado, faz parte também de um dos rótulos apegados a sua concepção. Não faltam combinações como materialismo dialético, dialética materialista, materialismo histórico como sendo os verdadeiros fundamentos teóricos das ideias de Marx, combinações estas que trazem embutidas a ideia de se tratarem de concepções verdadeiras para quaisquer situações históricas, de validade eterna e independente das circunstâncias históricas.

É precisamente aí que caberia a pergunta do por que da insistência em estabelecer, antes de qualquer coisa, a necessidade de descobrir uma teoria que encerre em si a verdade e a realidade, teoria que esteja, portanto, imune ao tempo histórico.

Gostaria de me referir aqui ao entendimento que Bacon (2007) expressou a respeito dessa questão em sua obra **O Progresso do Conhecimento**, de 1605. Na edição brasileira publicada pela Editora da Unesp, página 56, o leitor pode ler esta afirmação: "o tempo é o autor dos autores".²

No que se refere particularmente aos intérpretes de Marx, me parece que assim fazendo, ou seja, atribuindo-lhe uma teoria supra-histórica, afirmam a validade das ideias de Marx para qualquer momento histórico. O materialismo, portanto, seria uma concepção verdadeira para todo o sempre, com o que se ignora a quase obsessão de Marx em submeter à história as suas afirmações. Eis, assim, inventado o eterno Marx.

Se se considera que para Marx não prevalece o que ele afirmou sobre a produção da consciência, ou seja: "Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência", aí sim seria possível inventar uma teoria que não obedecesse aos condicionamentos históricos. Se é nesta ordem, ou seja, que é o ser social que dá forma à consciência, então não temos como concluir senão que, também para Marx, foi seu ser social que determinou sua consciência. Não tem como fugir a essa conclusão. Do contrário teremos que recorrer a Júpiter.

Portanto, atribuir a Marx uma teoria pronta e acabada - tenha ela o nome que se dê - é, no fundo, atribuir-lhe uma concepção válida para todas as condições históricas, algo assim como o parto de Minerva, deusa da sabedoria, que saiu como dádiva divina da cabeça de Júpiter. Para quem afirmou com todas as letras, e repetidas vezes, que a consciência são as relações sociais transpostas para a cabeça, inventar para ele uma concepção cuja validade é intemporal é um despropósito, é mau gosto. E se, no que se refere a Marx, essas são relações capitalistas, são elas enquanto tais que se transportam para nossas cabeças. Caso contrário, difícil é justificar porque tardou tanto para que uma teoria com esse requisito não tivesse nascido na cabeça de um pensador em qualquer outro momento.

Falta, aqui, um ingrediente necessário para que se possa entender como as ideias de Marx formam um conjunto científico. Em princípio, nenhuma concepção adquire foros científicos se esses não tiverem como fundamento uma tomada de posição favorável ao progresso social. É esse ingrediente precisamente que toma forma científica tanto em Marx quanto em Bacon e Descartes. Nenhum pensador chega a formulações científicas se essa condição não for preenchida. Assim como Marx tem na máquina o fundamento histórico de

² "Assim pois, para concluir este ponto, não direi mais senão que se dê aos grandes autores o que lhes corresponde, sempre que com isto não se prive ao tempo, que é o autor dos autores, do que por sua vez lhe corresponde, que é o ir desvelando progressivamente a verdade". (BACON, 2007)

suas ideias³, Bacon parte das grandes navegações como exaltação das invenções dos tempos modernos e como seu método para definir a primazia do critério de utilidade na determinação de quais ideias são falsas e quais verdadeiras.

Descartes (1966), em seu **Discurso do Método**, editado em 1636, que é a autobiografia de um combatente, encontrou uma expressão muito pertinente para uma situação de luta quando a escolha de uma posição favorável ao progresso se manifesta na prática: "*la loi qui nous oblige*".⁴

Pergunto, qual foi a "lei" "que obrigou" Aristóteles a afirmar que as lançadeiras, instrumento de trabalho automático, dispensariam os escravos, justamente ele que afirmara, na mesma obra, que a escravidão era natural. Também neste aspecto é muito grande a aproximação entre o maior pensador da Antiguidade e o maior dos tempos modernos. Partindo da mesma questão que Aristóteles, ou seja, da mecanização da produção, não foram poucas as vezes, aliás foram muitas, em que Marx afirmou o caráter histórico-natural do capitalismo. É evidente que em ambos está presente a ideia de transitoriedade tanto da escravidão, quanto do capitalismo.

Quero deixar claro que, ao tratar o capital como obra da história, Marx considerou que o seu desenvolvimento não negaria essa sua natureza, o que, aliás, aconteceu com as formas sociais anteriores, com a escravidão e com o feudalismo.

Como para os pensadores a que me referi acima, a lei que obrigou Marx a formular suas ideias como o fez não tinha outra origem senão na história.

Voltemos brevemente a Aristóteles para compreendermos qual é o campo propriamente de Marx. Aristóteles afirmava que a ciência por excelência era a política, o que se deduz de sua definição de homem, ou seja, se o homem é um animal político, suas ideias não podem ter outra fonte senão o mundo prático em que ele vive, ou melhor, como diria Marx, suas relações de produção. É condição, portanto, de existência real do mundo das ideias que elas sejam parte do modo como o homem se produz.

Marx nasce no ano seguinte à publicação dos **Princípios de Economia Política e Tributação** de Ricardo. O panorama político, que envolve já discussões acaloradas sobre as vantagens e desvantagens do capitalismo, está em efervescência. Quando ele completa 9 anos, Hodgskin publica sua obra, com título muito sugestivo de **Popular Political Economy**. Em

³ "MAYER não entendeu bem (...) senão ele teria percebido que eu vejo a grande indústria não apenas como a mãe do antagonismo, mas, também, como a criadora das condições materiais e espirituais necessárias à solução deste antagonismo, solução que, evidentemente, não poderá se realizar com muita doçura" (MARX, 1964, p. 201). Esta passagem da carta de Marx esgota o assunto a respeito do seu método, ou seja, a grande indústria.

⁴ "Porém, apenas adquirir algumas noções gerais concernentes à física, e, começando a comprová-las em várias dificuldades particulares, percebi até onde podiam conduzir e quanto diferem dos princípios que haviam sido utilizados até o presente, considere que não podia mantê-las escondidas sem transgredir a lei que nos obriga a procurar, no que depende de nós, o bem geral de todos os homens." (DESCARTES, 1999, p. 86)

1846 Marx menciona passagem desse livro em que Hodgskin afirma que o capital impede a produção.

Babbage, engenheiro mecânico inglês, afirma que a produção automatizada, ou seja, com máquinas, é infinita, o que é uma verdade insofismável. Já vimos, que nesse mesmo contexto, Hodgskin afirma outra verdade insofismável, ou seja, que o capital, que é apropriação da máquina pelos capitalistas, impede a produção.

É justamente nessa contraposição que Marx revela um dos fundamentos principais de sua concepção.

Em 1846, a trajetória de Marx já está claramente definida como política. A profunda transformação que significou a descoberta da máquina a vapor, ou seja, uma revolução completa da sociedade humana, trouxe à tona problemas inimagináveis para as sociedades anteriores. A Revolução Industrial é cria do capital e é condição de sua existência como modo de produção. Ela, como afirma em 1874 Arnold Toynbee, historiador inglês, deu nascimento ao Capitalismo e à sua antítese, o Socialismo. É precisamente esta antítese o substrato das ideias de Marx, e é ela que estará no centro do que ele identifica como as contradições de um sistema econômico que tenta resolver seus problemas criando outros de resolução mais difícil.

No entanto, Marx não fica apenas numa pura identificação da questão, mas, ao contrário, ele toma partido pelo desenvolvimento das contradições como forma de solução da "antítese". Sua obra, toda ela, está fundada nessa questão. O movimento histórico a que obedece a sociedade capitalista já se encontra definido no **Manifesto do Partido Comunista** (1848). A superação dessa sociedade é uma necessidade posta pelas próprias condições do seu desenvolvimento. Esta questão ocupa toda a sua vida. A definição de ciência histórica em Marx se aproxima muito do que Bacon denominava "ciência ativa", ou seja, aquela que nasce da necessidade da transformação social e contribui para sua realização. Neste particular, Aristóteles é categórico: "O pensamento por si mesmo, todavia, não move coisa alguma, mas somente o pensamento que se dirige a um fim e é prático..." (ARISTÓTELES, 1985, p. 114, 1139 b)

Qual seria, então, a teoria de Marx? Nossa resposta é: nenhuma. Como se explica esse aparente absurdo de o maior teórico do mundo moderno não ter nenhuma teoria. É o que nos cabe explicar.⁵

Vamos tomar como exemplo a questão suprema da concepção de Marx. Qual é essa questão? O fim do capitalismo.

⁵ Não ignoro que Marx tenha se referido tanto a seu método materialista, quanto dialético. Isto está claro e explícito na transcrição que ele faz de trecho da apresentação à edição russa do *Capital*. Talvez estivesse comovido pelo fato de ter sido na Rússia czarista que se tenha publicado a primeira tradução de sua obra e fique surpreso com os termos e a bela interpretação do autor da apresentação.

Com base em que Marx chega a essa conclusão?

De certo modo, ou melhor, de todos os modos, Aristóteles já havia, na **Política**, chegado à conclusão histórica que guarda total semelhança com a de Marx. Qual é ela? Muito simples. Diz Aristóteles (1985, p. 18, 1254 a): "se, então, as lançadeiras tecessem e as palhetas tocassem cítaras por si mesmas, os construtores não teriam necessidade de auxiliares e os senhores não necessitariam de escravos".

O mundo em que Marx nasceu é filho da Revolução Industrial; nesse mundo as lançadeiras começam a tecer abundantemente. A capacidade produtiva que então nasce é considerada, na época, ilimitada. É o que pensa Babbage, ao qual me referi mais acima. Marx também pensa assim, mas não fica aí. Ele pergunta por que, então, a produção é limitada? Esta pergunta não vem de qualquer teoria, assim como a afirmação de Babbage era pura constatação da realidade. Como a realidade não ficava por aí, Marx entra na história pondo as leis sociais em que o novo instrumento de trabalho, a máquina, está inserido. Essas leis não são nada mais, nada menos do que as do capital. Muitas teorias nasceram junto com esse modo de produção na tentativa de explicá-lo. Mas, no que se refere a Marx, a sua "teoria" resulta da luta política. É esta, e somente esta, que fornece os elementos para entender o funcionamento do capitalismo e a razão de não ser ele eterno. E como é a transformação que está em causa, é preciso entender porque ela é necessária.

Um sistema econômico que é capaz de gerar uma riqueza incalculável, concentrada pelos capitalistas, e uma pobreza monumental, dá o que pensar. Ou seja, essa riqueza carrega um antagonismo insolúvel no capitalismo. A concentração da riqueza nas mãos de poucos proprietários vive, em grande medida, dessa pobreza e do seu aumento constante. Isso quer dizer que a máquina, que tem uma potência produtiva incalculável, é submetida às leis do capital. Serve, em primeiro lugar, como propriedade de poucos, para produzir miséria. E o faz de forma admirável. A lei suprema dessa sociedade é o lucro. Sua produção é, ao mesmo tempo, a produção da miséria. Epicuro (1985) já sabia que "a riqueza de poucos é a miséria de muitos". Quatro séculos antes da nossa era Epicuro já sabia mais sobre o capitalismo do que os economistas.

Aqueles pensadores cuja concepção expressa a luta social, a luta de sua época, não precisam de nenhuma teoria. Seu método de análise da realidade se impõe como necessidade da solução dos conflitos sociais. O próprio desenvolvimento dos conflitos indica o que pensar a respeito da realidade. Tendo atingido certa maturidade, esse mesmo desenvolvimento é que aponta os caminhos da luta. Nenhum saber anterior à eclosão dos conflitos é capaz de expressar o conteúdo da realidade.

Portanto, qual a teoria que explica o *Capital* de Marx? Nenhuma. Nada explica o capital senão a própria explicitação histórica de suas leis. Elas mostram que o capital se move dentro da contradição que se expressa na revolução permanente das forças produtivas e na tentativa

de contê-las na sua forma propriamente capitalista. O capital trava uma guerra consigo mesmo.

Ciência histórica, portanto, como dela fala Marx, ou seja, a única que ele conhece.

Enfiar Marx dentro do chamado Materialismo Histórico tem, de certo modo, cheiro de religião. Esta é coisa daqueles que querem fazer de Marx filósofo. E como dizia Marx, toda filosofia acaba em religião.

Para chegar a esse materialismo histórico, uma das primeiras coisas que fazem esses que se autodenominam marxistas é eliminar a dívida de Marx para com a Economia Política. O primeiro entendimento que têm da ciência burguesa por excelência que é a Economia Política é aquela caricatura que fazem das limitações históricas profundamente estudadas por Marx. Tomam o subtítulo de **O Capital**, "crítica da Economia Política", como se Marx estivesse tratando dos "erros" dos economistas políticos, e não de sua superação histórica.

Em segundo lugar, confundem a Economia Política com o economicismo, e descartam os economistas políticos como apologetas do capitalismo. Com o que se afastam irremediavelmente da história.

Uma última coisa: gostaria de perguntar se esse materialismo histórico é, ele também, histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Trad. de Mário Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- BACON, Francis. **O Progresso do Conhecimento**. Trad., Apresentação e Notas de Raul Fiker. São Paulo: Ed. Unesp. 2007.
- DESCARTES, René. **Discours de la Méthode**. Paris: GF Flammarion, 1966.
- EPICURO. In Antologia de Textos. 3. ed. Trad. e Notas de Agostinho da Silva et al. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 13-20.
- HODGSKIN, Thomas. Popular Political Economy [1827]. New York: Augustus M. Kelley Publishers, 1966. (Reprints of Economic Classics).
- LUCRÉCIO CARO, Tito. **Da Natureza**. In Antologia de Textos. 3. ed. Trad. e Notas de Agostinho da Silva et al. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 21-135.
- MARX, Karl. **Letres sur le Capital: Marx a Kugelmann, 17.03.1868**. Paris: Editions Sociales, 1964.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de Produção do Capital**. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, F. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Trad. de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996
- SISMONDI, Jean-Charles Léonard Simonde de. **Novos Princípios de Economia Política (1819-1827)**. Trad. de Fani Goldfarb Figueira. Curitiba, PR: Segesta, 2009. (Raízes do Pensamento Econômico).

